

Referências emergentes de sustentabilidade para a ação pública agroalimentar: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos no estado de São Paulo

Paulo Eduardo Moruzzi Marques¹

Introdução

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) constitui um legado dos mais importantes de um arranjo institucional no âmbito do governo federal muito favorável a inovações sociopolíticas, particularmente no campo da ação pública de apoio à agricultura familiar. Este quadro é bem ilustrado pelo reestabelecimento em 2003 do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), representando uma vontade política de ampliar a participação de organizações da sociedade civil na tomada de decisão no âmbito das políticas públicas agroalimentares. Junto com o programa Fome Zero e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o CONSEA fomentou um espaço de fermentação de ideias e de debates capaz de romper com barreiras que restringiam o apoio público aos agricultores familiares.

No caso do PAA, o estabelecimento da chamada pública como meio para realizar compras institucionais diretamente da agricultura familiar e de suas organizações abriu amplas possibilidades para uma atuação mais consistente do Estado para diversificar as formas de comercialização deste segmento cuja produção se dirige essencialmente para a alimentação da população brasileira. A partir deste ponto de partida, as intervenções públicas neste campo apresentaram uma série de incitações pertinentes visando impulsionar um sistema agroalimentar mais inclusivo, solidário e respeitoso da saúde e meio-ambiente.

Este capítulo visa contribuir com o debate sobre estas ações, veiculando uma análise fundada em diferentes investigações desenvolvidas, sobretudo, no seio do grupo de pesquisas sobre agriculturas emergentes e alternativas (Agremal), vinculado ao

¹ Professor de sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo. Coordena notadamente o Grupo de Pesquisa sobre Agriculturas Emergentes e Alternativas (Agremal), ligado ao Programa de Pós-Graduação Interunidades (CENA-ESALQ) em Ecologia Aplicada. Telefone 19 3447.8593 ramal 205, e-mail pmarques@usp.br

Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo. O foco desta releitura do PAA é dirigido aos seus impactos no assentamento Milton Santos, situado na região metropolitana de Campinas, o que permite apresentar e discutir suas diversas implicações para o conjunto da agricultura familiar.

Um referencial de sustentabilidade agroalimentar na concepção do PAA

O conceito de referencial de política pública constitui uma base consistente para a análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tal como explorado em outras ocasiões (MORUZZI MARQUES; LE MOAL; ANDRADE, 2014; MORUZZI MARQUES & LE MOAL, 2014). Trata-se de uma ferramenta analítica proposta por Pierre Muller (2010) no âmbito de sua abordagem cognitiva das políticas públicas. Nesta ótica, estas últimas são um reflexo das representações em determinado contexto histórico dos problemas de uma sociedade e dos instrumentos para enfrentá-los. A partir, então, das representações sobre a problemática agroalimentar, as políticas públicas são o resultado de acomodações cognitivas determinando os objetivos e os instrumentos para a ação do Estado. O referencial diz respeito assim às orientações segundo as quais devem ser resolvidos os problemas agroalimentares e, como muito justamente sugere Gilles Massardier (2014), participa de um campo de concorrência entre diferentes concepções de justiça (BOLSTANSKI e THÉVENOT, 1991) em diversas instâncias de definição das políticas públicas.

Com esta perspectiva analítica, convém agora retrazar brevemente a evolução da ação pública agroalimentar nos últimos 50 anos para situar a concepção e implantação do PAA. O referencial modernizador é hegemônico em todo este período, apresentando tonalidades distintas em função do período considerado. Nos anos de ditadura militar (1964-1984), este referencial possui uma coloração fortemente conservadora, tendo orientado a transformação da base técnica agrícola sem intervenções para alterar a concentrada estrutura fundiária brasileira. Desta forma, tratou-se da modernização da grande propriedade agropecuária do país (de forma articulada com a indústria produtora de insumos/bens de capital e processadora de matéria prima agrícola), de uma forma autoritária com intenso apoio estatal (pesquisa agropecuária, crédito subsidiado, assistência técnica e extensão rural) (PALMEIRA, 1989).

O referencial modernizador impregna igualmente as ações públicas agroalimentares no período de transição democrática, nos anos 1980-90. Contudo, dissemina-se neste momento o receituário neoliberal (DELGADO, 2001) ao mesmo tempo em que se assiste a emergência de novos atores sociais (SADER, 1988), tornando o Estado um pouco mais permeável a outras perspectivas para a ação pública. Neste quadro, o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984, constitui um evento marcante. Em seus primeiros anos de existência, é um referencial modernizador associado ao marxismo agrário que orienta em boa medida sua concepção hegemônica de reforma agrária (BORSATTO & CARMO, 2013).

As perspectivas democráticas do período levam, com a organização de representações mais específicas de interesses, a muitas tensões em torno da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que representou durante a ditadura militar o conjunto das categorias de trabalhadores rurais (MEDEIROS, 2002). A acomodação de novo arranjo organizativo torna a defesa da agricultura familiar (PICOLOTTO, 2014) como primazia da Contag², o que é fruto igualmente da influência de importante debate acadêmico sobre esta categoria³.

Num primeiro momento, esta proposta do sindicalismo dos trabalhadores rurais se assentou, sobretudo, na demanda por crédito específico para os agricultores familiares, o que se concretizou com a instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em meados dos anos 1990. Inicialmente, é praticamente apenas a categoria “consolidada” (muito integrada aos mercados) dos agricultores familiares que recebe este apoio, revelando um caráter produtivista e uma primazia de objetivos econômicos (MORUZZI MARQUES, 2003). De toda maneira, o PRONAF representa desde então um terreno muito fecundo para a discussão sobre o papel da agricultura familiar e sobre os meios de apoiá-la.

² Neste processo, as formas de ação da Contag se transformam, notadamente com maior mobilização da base social, o que pode ser representado pela organização anual desde o início dos anos 1990 da manifestação nacional reivindicativa denominada Gritos da Terra.

³ Em sua análise sobre o reconhecimento da agricultura familiar nas políticas públicas, Catia Grisa (2010) salienta o papel do fórum científico, com a ênfase notadamente nos trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993), para disseminar ideias em torno do papel estratégico dos agricultores familiares nas sociedades contemporâneas, o que contribuiu para a substituição da categoria “pequena produção” por “agricultura familiar”. A influência destas ideias ocorre particularmente no seio da Contag, mas também entre gestores públicos. A propósito, Grisa se vale aqui da noção de fórum de produção de ideias (FOUILLEUX, 2011), que seria um espaço mais ou menos institucionalizado e especializado, regidos por regras e dinâmicas específicas, nos quais diferentes visões de mundo se confrontam, fermentando a fabricação de representações sobre as políticas públicas.

Na primeira metade dos anos 1990, houve também importante debate em torno da segurança alimentar. Com a destituição de Collor de Mello em 1992, o governo Itamar Franco incorpora propostas da oposição, instituindo especialmente o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, visando favorecer maior participação social na tomada de decisão pública, o que é uma prescrição da Constituição de 1988. Desta forma, o CONSEA contribuiu para impulsionar numerosos comitês em todo país da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. A reforma agrária e o apoio à agricultura familiar integravam as bandeiras deste movimento, com grande capilaridade social, em torno da segurança alimentar.

Nos anos 1990, dois outros fenômenos podem ser realçados aqui para nossos propósitos. Em primeiro lugar, trata-se da realização em 1992 no Rio de Janeiro da Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, quando se evoca pela primeira vez a ideia de multifuncionalidade da agricultura (SABOURIN, 2005). Ou seja, esta noção expressa a concepção segundo a qual a atividade agrícola deve desempenhar outros papéis além daqueles estritamente produtivos, contribuindo para a resolução de problemas ambientais, sociais e culturais. Em segundo lugar, em 1996, a Cúpula Mundial da Alimentação em Roma foi palco para a proposição da noção de soberania alimentar por parte da Via Campesina, que contesta a tendência produtivista impressa nos termos com que se aborda a segurança alimentar no evento. Considerando inadequado tratar o problema agroalimentar com perspectivas resumidas a uma oferta abundante e barata de alimentos, a Via Campesina defende a soberania alimentar com ideias segundo as quais o apoio às agriculturas locais e camponeses se justifica por seu desempenho efetivo e adaptado para combater a fome e para abastecer em alimentos a população mundial (MORUZZI MARQUES, 2010).

Mesmo que o referencial neoliberal-produtivista tenha mantido uma pujança incontestável, estes fenômenos promoveram no novo milênio uma inflexão notável no campo de produção de ideias em termos agroalimentares, em razão da germinação do referencial global de desenvolvimento sustentável (MULLER, 2010), acompanhado de outro setorial de sustentabilidade da atividade agrícola⁴, combinando ideias em torno da

⁴ Convém aqui dialogar com uma análise bastante instigante, fundada também na abordagem cognitiva das políticas públicas, sobre a evolução dos referenciais da ação pública em favor da agricultura familiar. Cátia Grisa e Sergio Schneider (2014) identificam três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar, cada qual fundada em determinado referencial setorial. O primeiro destes referenciais seria o agrícola-agrário, que teria orientado especialmente as linhas de crédito do Pronaf e a implantação de

multifuncionalidade da agricultura, da soberania alimentar e dos circuitos curtos de proximidade. Assim, trata-se da integração de importantes elementos emergentes, especialmente associados ao debate sobre o desenvolvimento sustentável, nos quadros cognitivos e normativos de orientação das políticas públicas. É neste caldo de cultura, representado no Brasil de forma preponderante pela reinstalação do CONSEA em 2003, depois de um período de oitos anos de interrupção de suas atividades, que nasce o Programa de Aquisição de Alimentos⁵.

Este último foi instituído graças ao artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Neste período, está em vigor o Programa Fome Zero, com objetivo de assegurar o direito humano à alimentação, propósito ao qual o PAA está associado. O programa visa desenvolver compras públicas de alimentos junto à agricultura familiar tanto para constituir estoques estratégicos quanto para fornecimento a famílias em estado de vulnerabilidade. Representando uma ação estratégica de segurança alimentar, o PAA apresenta traços que revelam a influência em sua concepção da noção de soberania alimentar⁶.

Com estas características, o programa constitui uma forma de diversificação do apoio público à agricultura familiar, atuando como meio de favorecer a comercialização de seus produtos. Com efeito, integrando a sustentação dos agricultores familiares e o socorro alimentar a famílias em estado de insegurança alimentar, o PAA apresenta uma série de inovações robustas em termos da intervenção do Estado na orientação das

assentamentos no país. De meu ponto de vista, a identificação deste referencial como modernizador (ou produtivista) da agricultura familiar poderia melhor contribuir para sua caracterização. No caso do Pronaf, os autores consideram a importante contaminação do referencial global neoliberal em sua construção, na medida em que se objetiva, com os apoios creditícios, consolidar uma integração intensa aos mercados dos agricultores familiares mais eficazes, tornando-os independentes da ação do Estado, o que parece uma interpretação bastante pertinente visto a orientação geral do governo Fernando Henrique Cardoso. O segundo referencial é o social-assistencial que marca, sobretudo, a linha Pronaf Infraestrutura e Serviços para os Municípios, que ainda é mais profundamente influenciado pelo referencial global neoliberal, prescrevendo a primazia absoluta do apoio público para as camadas mais marginalizadas e empobrecidas da agricultura familiar, tal como analisado em outra ocasião (MORUZZI MARQUES, 2003). Enfim, o terceiro referencial é designado como “construção de mercados para a segurança alimentar e sustentabilidade”. Trata-se de uma variante do que pode ser identificado como referencial setorial de agricultura sustentável. No presente texto, este último é associado aos circuitos curtos de proximidade, o que baliza esta análise sobre o PAA.

⁵ O artigo de Ana Luiza Müller, Marcelo Kunrath Silva e Sergio Schneider (2012), fundado em análise sobre a rede de atores implicados na formulação do PAA, destaca a maior permeabilidade do Estado brasileiro no arranjo político deste período, permitindo que atores ligados aos movimentos e organizações de agricultores familiares atuassem na formulação e implantação de políticas públicas, com novas ideias e propostas.

⁶ Esta orientação do PAA apoiada na noção de soberania alimentar foi realçada por Regina Aparecida Leite de Camargo, José Giacomo Baccarin, Denise Boito Pereira da Silva (2016) em estudo sobre as relações entre mercados institucionais e assentamentos no norte do estado de São Paulo.

atividades agroalimentares. Sua regulamentação simplifica a aquisição, por meio de chamadas públicas, de alimentos provenientes da agricultura familiar, o que contorna uma barreira importante para que esta última possa acessar os mercados institucionais (SCHMITT, 2005). Suas normas prescrevem ainda que os preços de aquisição não podem ser superiores àqueles praticados nos mercados regionais e também estabelece que os produtos agroecológicos ou orgânicos podem ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços dos alimentos convencionais (Lei nº 12.512 de 2011).

O PAA é composto pelas modalidades “Leite”, “Compras institucionais”, “Formação de Estoques”, “Compra Direta da Agricultura Familiar” e “Compra com Doação Simultânea”. As três últimas são operadas pela Conab (PORTO et. al., 2014), o foco aqui se dirigindo à Compra com Doação Simultânea (DS/PAA), modalidade mais acessada por famílias assentadas paulistas. Neste caso, os produtos adquiridos dos agricultores familiares locais têm como finalidade o atendimento de demandas alimentares representadas pelas necessidades de entidades da rede socioassistencial e de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos), com objetivo de promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada.

DS/PAA no estado de São Paulo: a análise do caso do assentamento Milton Santos

No âmbito do debate alimentado pela abordagem cognitiva das políticas públicas, a concepção de um referencial de circuitos curtos de proximidade (CCP) proposta por Catherine Darrot e Guy Durant (2010) nos pareceu muito apropriada para a análise do PAA. Estes autores franceses concebem o CCP como bastante representativo de um referencial setorial de sustentabilidade agroalimentar⁷, associado àquele global de desenvolvimento sustentável. Para a construção deste referencial de CCP, Darrot e Durant tomaram como base as motivações e expectativas de atores implicados na implantação de experiências de circuitos curtos alimentares no oeste da França. A escala local é aquela sempre privilegiada nestas iniciativas, que se desenvolvem sob quatro conjuntos de ideais: social, ambiental, econômico e alimentar.

⁷ Este referencial é capaz de abarcar elementos-chave das noções tanto de multifuncionalidade da agricultura quanto de soberania alimentar.

Na dimensão social, as ações dos atores considerados eram especialmente motivadas pela intenção de oferecer um acesso mais equilibrado aos alimentos a partir de maior solidariedade entre os cidadãos. No que se refere à dimensão ambiental, a preservação da natureza (biodiversidade, água e solo) era frequentemente mencionada. Em relação à dimensão econômica, a transparência nas transações, a distribuição justa da riqueza produzida, com aumento da parte destinada aos produtores do valor agregado aos produtos e a autonomia dos agricultores diante do modelo agroindustrial produtivista constituíam os ideais expressos. Enfim, a quarta dimensão alimentar se refere ao desejo dos atores interrogados de incremento da oferta de produtos frescos, limpos e saudáveis, considerando às tradições agroalimentares do território e manifestando ainda a vontade de melhora da qualidade de vida de famílias desfavorecidas graças a uma boa alimentação.

Estas dimensões são mobilizadas para nossa análise dos impactos do DS/PAA no assentamento Milton Santos, focalizado neste estudo. Antes, convém mencionar que a efetivação do PAA em assentamentos no estado de São Paulo apresentou um desempenho notável. Em números absolutos, São Paulo apresentou, entre todos os estados, o maior número de famílias assentadas tendo acessado as modalidades do programa operadas pela Conab em 2008-09, com destaque para o Compra com Doação Simultânea. Estes acessos por agricultores assentados ao programa representam cerca de 45% do total no estado⁸. A propósito deste desempenho, Valéria da Silva Modenese e Antônio Lázaro Sant´Ana (2019) mostram que, em 2014, ocorreu o maior valor liberado do PAA para São Paulo, no período compreendido entre 2010 e 2017, correspondendo a 33% daquele do Brasil (R\$ 95.484.966,71 em SP e R\$ 285.683.595,08 no país). Este montante no território paulista foi distribuído para 297 projetos. Em seu artigo, os autores destacam a dramática redução de recursos destinados ao programa em 2016 e, mais ainda, em 2017, quando São Paulo recebeu um pouco menos de 3% do valor liberado em 2014.

A partir deste panorama, a intenção agora é iluminar a situação particular do assentamento Milton Santos, cujo apoio do PAA foi essencial para sua alavancagem produtiva. Implantado na região metropolitana de Campinas, o assentamento se situa em terras pertencentes aos municípios de Americana e Cosmópolis. Esta localização se

⁸ Informações obtidas em dados da pesquisa que foi divulgada parcialmente em capítulo de livro (SCHMIDT et. al., 2014).

associa a uma reorientação de estratégia de parte do MST que passa no início dos anos 2000 a considerar a pertinência de instalação de assentamentos em zonas bem dotadas em infraestrutura, situadas próximas a grandes centros urbanos. Esta concepção é denominada Comuna da Terra, tendo motivado a implantação de muitos assentamentos, sobretudo, nas regiões metropolitanas de São Paulo, Ribeirão Preto e Campinas.

Esta proposta nasce no MST em paralelo ao seu interesse crescente pela agroecologia. Anteriormente, como já sugerido, um modelo produtivista era difundido pelo próprio movimento. A crítica interna ao produtivismo e também a adesão do MST à Via Campesina (BORSATO & CARMO, 2013) impulsionaram a opção agroecológica. De outra parte, um assentamento de tipo Comuna da Terra é mais susceptível de despertar interesse na população moradora das periferias das grandes cidades, para a qual o MST dirige cada vez mais sua atenção, considerando que, sobretudo em São Paulo, a massa de deserdados nas cidades se tornou o público potencialmente demandante de reforma agrária (GOLDFARB, 2006).

Aliás, Yamina Goldfarb (2006), com justas razões, propõe a noção de recampesinação para interpretar este fenômeno de retorno ao campo, que se explica em grande medida pela desilusão em termos de alcance de vida digna nas grandes cidades e pela falta de perspectivas futuras em meio urbano. Trata-se então de uma reinvenção criativa da campesinidade, a partir notadamente da valorização de uma autonomia no trabalho. De fato, esta noção é empregada por Jan Douwe van der Ploeg (2008) em seus estudos, sobretudo, de casos europeus. Para o Brasil, este autor holandês sugere que a instalação de assentamentos poderia ser tratada de maneira instigante como uma forma de recampesinação.

Portanto, é neste quadro que a ação do MST, com sua concepção de Comuna da Terra, foi crucial para a implantação desde 2005 do assentamento Milton Santos, em área de cerca de 104 ha. A proposta de Comuna da Terra pressupõe, em razão da proximidade com as cidades representar terras mais valorizadas, lotes menores para as famílias assentadas, o que seria compensado por possibilidades de agregar muito valor a produtos hortigranjeiros comercializados sem intermediação junto aos consumidores. Mesmo assim, os lotes de aproximadamente 1 ha estão muito aquém do tamanho

prometido pelos representantes do INCRA quando do início do processo de instalação de 68 famílias no local⁹.

De toda maneira, o INCRA foi mais permeável à absorção de proposta do movimento social neste período correspondente ao primeiro governo Lula. A superintendência regional de São Paulo, dirigida na época por técnicos com afinidades a projetos populares de reforma agrária¹⁰, esteve mais aberta às proposições do MST, o que permitiu enquadrar as Comunas da Terra na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) de assentamentos¹¹. Esta última foi instituída pela portaria nº 477/1999 a partir das experiências de Reservas Extrativistas no Amazonas. Os PDS apresentam, efetivamente, correspondências com a concepção de Comuna da Terra, tanto em termos do privilégio ao acesso coletivo à terra quanto à orientação agroecológica para os projetos produtivos dos assentados. Porém, o apoio do INCRA para que as diretrizes de um PDS pudessem realmente ser aplicadas foi extremamente insuficiente¹².

Em todo caso, a recepção das famílias assentadas a propostas agroecológicas foi muito positiva. O fato dessa população não ter tido vivência prévia na agricultura¹³ (mesmo tendo um vínculo com o campo na medida em que a maioria conheceu o êxodo rural, chegando em São Paulo ainda crianças) parece ter favorecido este fenômeno. De fato, o desejo de fugir da precariedade, que está associado àquele de retorno às raízes, com maior contato com a natureza, obtenção de uma melhor alimentação e realização de trabalho em família, constitui uma justificação central para o engajamento no movimento social e, em seguida, para a perspectiva de produzir de forma orgânica. Por outro lado, a ação do MST, desde os primeiros passos do assentamento, e a intensa interação com equipes científicas e acadêmicas, notadamente aquelas da Embrapa Meio-Ambiente e do Núcleo de Agroecologia Nheengatu da ESALQ/USP, promoveram

⁹ No assentamento Milton Santos, aproximadamente 36 ha são destinados à instalação de equipamentos coletivos e à proteção de matas ciliares.

¹⁰ Convém aqui destacar, contudo, como interpretado por Ruy Braga (2014), que uma consequência importante desta absorção nos aparelhos de Estado de militantes em movimentos sociais foi a perda de musculatura destes últimos para o fortalecimento de seus propósitos.

¹¹ Para mais informações sobre os PDS no estado de São Paulo, consultar Oswaldo Aly Jr (2011).

¹² Dados de pesquisa realizada entre 2010 e 2012 (intitulada “Múltiplos impactos da implantação de assentamentos: estudos de casos próximos a metrópoles paulistas”, apoiada pelo CNPq) revelam que a maior parte dos assentados desconhecia o significado da categoria PDS, o que é revelador da insuficiência das ações do INCRA no assentamento Milton Santos para que suas diretrizes sejam efetivas.

¹³ A maior parte das famílias residia anteriormente nas periferias de Campinas, Americana e Limeira, mas sua origem sendo do Paraná, Mato Grosso, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Sergipe.

a agroecologia por diferentes ângulos (integração de rede agroecológica regional, capacitação em sistemas agroflorestais e formação de Organizações de Controle Social para reconhecimento da qualidade orgânica da produção alimentar).

Quanto ao PAA, o primeiro contrato de fornecimento de alimentos pelo assentamento é assinado em 2008. Graças ao programa, os assentados foram efetivamente incitados a produzir. Tratou-se de um meio essencial para viabilizar o escoamento da produção, mesmo para aqueles que produziam volumes pequenos, representando reduzidos valores, insuficientes para justificar esforços e despesas para venda de produtos fora do assentamento.

Os impactos do PAA sob a ótica do referencial dos circuitos curtos de proximidade

Nesta parte do texto, o foco se dirige aos efeitos do PAA no que se refere à modalidade mais acessada em São Paulo pelas famílias assentadas, a Compra com Doação Simultânea (DS/PAA). Para tal, a noção de referencial dos circuitos curtos de proximidade, enquanto uma das variantes do referencial setorial de sustentabilidade na agricultura, é mobilizada, considerando que a concepção do dispositivo DS/PAA se alimenta em grande medida deste tipo de orientação para a ação pública, sendo potencialmente favorável às perspectivas em torno dos CCP. Desta maneira, seus quatro grandes eixos constituem um pertinente quadro para a interpretação dos impactos do DS/PAA, mesmo que estes últimos sejam completamente imbricados. Então, a análise em seguida se organiza em seções dizendo respeito às dimensões econômica, social, ambiental e alimentar.

Dimensão econômica: uma garantia de renda

Dados de 2009 sobre a participação do assentamento Milton Santos no DS/PAA mostram que 400 toneladas de alimentos foram fornecidas para cerca de 11.000 indivíduos em situação de insegurança alimentar, o que correspondeu a um retorno de 346 mil reais para os produtores inscritos no projeto aprovado pela Conab naquela ocasião. Assim, o pagamento efetuado por estes fornecimentos representava a principal

fonte de remuneração de 25 assentados interrogados, compondo em média 55% da renda de suas famílias (MORUZZI MARQUES et al., 2010).

Apesar de reclamações, como atrasos de pagamentos ou preços julgados insuficiente, este dispositivo do PAA oferecia uma estabilidade considerável para a comercialização dos produtos do assentamento. Desta forma, por sua importância na constituição da renda das famílias¹⁴ e por transmitir uma sensação de regularidade, o DS/PAA levava os assentados a conceber investimentos com vistas a desenvolver seus sistemas de produção e a tornar suas agriculturas sólidas o bastante para não dependerem de atividades não agrícolas. Com esta perspectiva, nossos interlocutores acreditavam, em 2012, que a experiência da implantação do assentamento apresentava grande legitimidade por se tratar de um modelo produtivo viável para o desenvolvimento local com a vantagem de permitir grande inclusão social graças ao trabalho na agricultura, em comparação com a monocultura da cana-de-açúcar do entorno. Nesta linha de raciocínio, assinalavam que esta última apresentava características nefastas, tal como a utilização intensa de agrotóxicos e o desrespeito das áreas de proteção ambiental.

No principal conflito ocorrido desde a implantação do assentamento, estes argumentos em favor das famílias assentadas foram intensamente difundidos diante da séria ameaça de despejo que conheceram em 2012 e 2013. De fato, uma sentença da justiça favorável aos antigos proprietários e usuários destas terras¹⁵ provocou importante mobilização de defesa do assentamento. A produção de alimentos destinada à população em estado de insegurança alimentar foi frequentemente mencionada como justificativa em favor dos assentados, o que era reforçado com a ideia, tal como difundida pela equipe de agroecologia da Embrapa Meio-Ambiente, segundo a qual “os agricultores familiares do assentamento Milton Santos demonstram vocação e iniciativas para estilos de

¹⁴ Diferentes pesquisas permitiram constatar um aumento de renda de agricultores familiares graças ao PAA. Em assentamentos do Pontal do Paranapanema, a renda em 2011 dos que aderiram ao programa era 36% superior àquela dos não participantes (MORUZZI MARQUES; LE MOAL; ANDRADE, 2014). Em assentamentos de Araras, o aumento da renda é realçado por agricultores entrevistados em 2011-12, além da estabilidade oferecida pelo programa na comercialização, mesmo que problemas especialmente de apoio técnico tenham sido também identificados (ANDRADE; OLIVEIRA; ESQUERDO, 2014).

¹⁵ O imbróglgio aqui é longo. Em poucas palavras, nos anos 1970, as terras onde se situa hoje o assentamento foram confiscadas pelo governo federal e incorporadas ao patrimônio do então Instituto Nacional de Previdência Social (hoje, Instituto Nacional de Seguridade Social, INSS) em razão das dívidas do proprietário (Grupo Abdalla) junto ao tesouro federal. Apesar de área pública, a Usina Ester explorava ilegalmente estas terras. Graças à pressão do movimento social, este patrimônio foi transferido do INSS para o INCRA para fins de reforma agrária. Por outro lado, o Grupo Abdalla reclamou juridicamente em 1981 uma indenização pela desapropriação efetuada pela União. Sua ação foi julgada procedente em meados dos anos 1990, o que permitiu a Usina Ester requerer e obter em 2012 a reintegração da posse das terras nas quais o assentamento já estava instalado (CANÁRIO, 2013).

agriculturas sustentáveis, exemplares para outros agricultores da região” (MORUZZI MARQUES; GASPARI; ALMEIDA, 2017). Em meados de 2013, as famílias assentadas puderam ter ganho de causa nesta disputa jurídica.

Por outro lado, as lógicas do DS/PAA tendem a valorizar atividades e produtos tradicionalmente vinculados à esfera feminina, como aqueles frutos de cultivos em horta, criação de pequenos animais e processamento de alimentos in natura, favorecendo um reconhecimento do papel feminino na agricultura, mesmo considerando as inúmeras barreiras e discriminação em razão da dominação econômica e cultural sofrida pelas mulheres (SILIPRANDI & CINTRÃO, 2011). Neste quadro, as agricultoras assentadas participaram ativamente das operações de comercialização de alimentos no âmbito deste dispositivo de ação pública, inclusive se engajando na construção de Organização de Controle Social, o que será tratado nas próximas dimensões.

Dimensão social: contribuição à constituição de laços solidários e de organizações locais

A noção de solidariedade alimentar nos parece pertinente para tratar desta dimensão. Trata-se assim de considerar o reforço de laços sociais em torno da produção e distribuição de alimentos graças ao DS/PAA, tanto entre famílias assentadas quanto entre estas últimas e beneficiários da ajuda alimentar.

Com esta perspectiva, convém então mencionar que o assentamento Milton Santos destinou, em 2012, seus produtos alimentares a instituições com objetivos de assistência social situadas em quatro municípios. As entidades atendidas se localizam em Cosmópolis (Associação dos Deficientes, Casa de Apoio ao Drogado e Alcoólatra, Projeto Reviver e União Espírita Luz e Verdade), em Americana (Associação dos Sem-Teto, Associação Evangélica Nazarenos, Associação Ecumênica dos Portadores de HIV e Lar dos Velinhos de São Vicente de Paula), em Campinas (Aprendizado Doméstico Sant’Ana, Casa de Cultura Tainã e Espaço de Vivência e Convivência do Adolescente) e em Limeira (Dispensário Assistencial Santa Isabel) (ANDRADE, 2012). Entrevistas com estes beneficiários revelaram que suas avaliações eram muito favoráveis às

mudanças que ocorreram em sua alimentação graças ao programa, mesmo que não o conhecessem ou não tivessem informações sobre a origem dos alimentos. Com efeito, foi possível identificar um processo em curso de reconhecimento por parte desta população vulnerável da atividade agrícola local na medida em que foram obtidos discursos que apontavam para sua importância, apresentando inclusive sugestões segundo as quais territórios periurbanos deveriam ser destinados à produção agrícola voltada ao abastecimento alimentar (MORUZZI MARQUES; LE MOAL; ANDRADE, 2014).

Por outro lado, assentados interrogados mencionam que, entre os vizinhos, ocorreu uma mudança de postura associada ao fornecimento de alimentos para a população vulnerável. No início, eram muitos os preconceitos¹⁶, associados à representação muito difundida em particular pelos grandes meios de comunicação sobre o caráter violento ou oportunista dos sem-terra. Ao mesmo tempo, estes mesmos canais midiáticos destacam uma imprescindibilidade da grande agricultura industrial, atualmente com a mensagem o “Agro é tudo”, como forma de legitimação do agronegócio (POMPÉIA, 2020).

A propósito, são eloquentes os termos do discurso de um de nossos interlocutores sobre o papel desempenhado pelo DS/PAA para a mudança de visão sobre as famílias assentadas. Segundo seu depoimento, com a difusão da informação de que a produção alimentar dos assentados visava o atendimento de famílias vulneráveis, dissemina-se um reconhecimento da importante função cumprida pelo assentamento para a sociedade local.

Deste modo, o PAA promoveu indiretamente a multiplicação de canais de comercialização, pois as famílias residentes nas proximidades passam também a adquirir alimentos juntos aos agricultores assentados. Assim, sua contribuição se refere de maneira muito significativa à intensificação de relações de vizinhança, o que favorece ainda mais a dissolução dos preconceitos a propósito das famílias assentadas.

De outra parte, o DS/PAA foi concebido como meio de estimular a articulação local dos agricultores na medida em que a participação no dispositivo ocorre através de uma organização coletiva. No caso em estudo, uma associação de Comunas da Terra da

¹⁶ Frequentemente, nossos próprios interlocutores manifestaram ter estado contaminado por estas visões negativas sobre os sem-terra e assentados. Então, foi o engajamento no movimento social a partir de incitações de familiares ou amigos que provocou uma transformação profunda em seus íntimos.

região (Acoterra) assumiu a responsabilidade pela elaboração e execução de projeto de fornecimento de produtos para instituições assistenciais das redondezas. Em 2009, a Acoterra contava 98 associados, incluindo famílias de outras localidades, particularmente do acampamento Elisabeth Teixeira, em Limeira.

Todavia, a tomada de decisão e as tarefas administrativas na Acoterra relativas ao PAA se concentraram em grupo reduzido de dirigentes associativos. De fato, as exigências burocráticas do PAA são grandes, implicando em muito tempo dispendido neste tipo de tarefa, o que foi aliás realçado em análise segundo as quais as elevadas exigências em contrapartida do PAA encontram muitas vezes respostas limitadas ou inadequadas nas organizações dos agricultores familiares (GRISA et al., 2011). Então, o fenômeno de centralização de ações administrativas levou a uma fragilização progressiva da Acoterra, acompanhando o declínio do PAA, até sua total desativação. Oportuno destacar, por outro lado, que o programa contribuiu com estímulos à formação de outros tipos de organização social, menores e mais descentralizados, visando o reconhecimento da qualidade orgânica dos produtos locais, o que é abordado em seguida.

Dimensão ambiental: em direção a uma transição agroecológica

A lógica do dispositivo DS/PAA incita uma diversificação produtiva¹⁷, favorecendo sistemas de produção muito adaptados ao assentamento Milton Santos. Efetivamente, a agricultura praticada pelas famílias assentadas se caracteriza antes de tudo pela diversidade de cultivos. Os dados obtidos em pesquisa de campo em 2009 (MORUZZI MARQUES et al., 2010) permitiram estimar que cada parcela contava em média com sete culturas (podendo chegar a 18), a mandioca, destinada para alimentação das famílias assentadas, ocupando lugar de destaque. Assim, os cultivos de banana, milho, abóbora, cebola, rúcula e alface eram muito importantes, os dois últimos consideradas como melhores soluções comerciais. Esta diversificação se completa com a criação, sobretudo, de galinhas, cujos ovos e carne constituíam a primeira fonte de proteína animal para as famílias assentadas.

¹⁷ Este estímulo à diversificação promovido pelo DS/PAA foi bastante realçada em diferentes pesquisas, como aquelas sobre assentamentos de Mirandópolis (MODENESE & SANT'ANA, 2019) ou sobre famílias assentadas no Pontal do Paranapanema (MORUZZI MARQUES & LE MOAL, 2014).

Esta produção diversa é parte das transformações notáveis que ocorrem neste território graças ao assentamento. A paisagem diversificada em torno das moradias (com a multiplicação de vias secundárias, terrenos cobertos por diferentes cultivos alimentares e muita arborização) contrasta fortemente com aquela, monótona, da cana de açúcar, que cerca o assentamento, tal como foi destacado em artigo veiculando uma análise sobre as modificações ocorridas nos primeiros anos de implantação do assentamento (MORUZZI MARQUES; LUCAS; GASPARI, 2014). Com efeito, assentados insistiam neste período sobre a ideia de que o assentamento representava um modelo para uma mudança de orientação do desenvolvimento territorial, favorecendo uma agricultura voltada para a produção de alimentos distribuídos localmente de forma respeitosa ao meio-ambiente.

Sobre este propósito, convém realçar a incitação do PAA para a produção orgânica. De fato, a Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011, em seu capítulo 3 de regulamentação do PAA, estabelece que “produtos orgânicos e agroecológicos poderão ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais” (BRASIL, 2011). Com esta norma, o PAA contribuiu de maneira importante com a consolidação da orientação agroecológica do assentamento¹⁸.

Com efeito, este estímulo em favor da agricultura orgânica explica em importante medida o interesse redobrado de famílias assentadas por formas de reconhecimento da produção com esta qualidade. Desta maneira, houve uma recepção favorável das propostas do Núcleo de Agroecologia Nheengatu da ESALQ/USP – que atua junto aos assentados desde 2008, inicialmente, com o apoio de um dos grupos de extensão universitária que o compõe, aquele designado como Territórios Rurais e Reforma Agrária (Terra) – visando a formação de Organizações de Controle Social (OCS). Trata-se de uma modalidade de reconhecimento de qualidade orgânica para os casos em que o agricultor vende diretamente ao consumidor seus produtos ou os destina a mercados institucionais (o que permitiria obter uma majoração de 30% nos preços recebidos por produtos fornecidos no âmbito do DS/PAA, como mencionado acima). Esse tipo de reconhecimento de qualidade orgânica representa um menor custo, exigindo

¹⁸ Efetivamente, não basta este tipo de incitação pelo preço de um programa de compra pública de alimentos para que a transição agroecológica tenha grande dimensão, tal como constataram Borsatto, Altieri, Duval e Perez-Cassarino (2019) em pesquisa sobre o território Sudoeste do estado de São Paulo. No caso do assentamento Milton Santos, o modelo que inspirou sua implantação integra a perspectiva agroecológica e, sobretudo, o apoio de atores externos foi decisivo para o aprofundamento da opção pela agricultura orgânica.

compromissos mútuos dos agricultores engajados em respeitar as normas da produção orgânica.

Assim, a primeira OCS foi instituída em 2015, constituída por quatro famílias assentadas vizinhas, demonstrando grande afinidade mútua (inclusive contando com uma experiência anterior de organização para compra de insumos, como mudas e sementes). Então, este grupo integrou em seu funcionamento todos os instrumentos destinados à manutenção de conformidade com a legislação de produtos orgânicos, segundo as normas das OCS. Como foi sugerido anteriormente, a implantação destas últimas reforça dinâmicas coletivas em grupos menores, mais próximos, favorecendo a construção de diversas iniciativas coletivas.

O êxito desta primeira experiência, inscrita no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) com o nome de Recanto Produtos Orgânicos, estimulou a implantação de outros dois coletivos desta natureza: Horta Coletiva Produtos Orgânicos, contando 11 famílias cadastradas, e Terra Viva, com oito nomes cadastrados (MORUZZI MARQUES; GASPARI; ALMEIDA, 2017).

A propósito, as mulheres desempenharam papel destacado no processo de consolidação destas inovações. No caso da OCS Terra Viva, cuja presença feminina é majoritária, suas ações coletivas foram muito além daquelas necessárias para o reconhecimento orgânico (MENDONÇA & MORUZZI MARQUES, 2018). Esta estrutura de OCS constituiu uma base fundamental para a concepção de soluções alternativas quando o dispositivo DS/PAA perdeu sua capacidade de assegurar a comercialização dos produtos do assentamento, o que é tratado em seguida.

Dimensão alimentar: promoção de uma alimentação saudável

Neste âmbito, convém destacar em primeiro lugar que os estímulos do DS/PAA para a diversificação produtiva representam uma forma de consolidar uma melhora importante da alimentação das próprias famílias assentadas. Os depoimentos obtidos junto a interlocutores do assentamento em diferentes ocasiões realçam o aumento considerável do consumo de legumes, ovos, frangos, frutas e verduras. Desta forma, podiam afirmar

em 2012 que suas escolhas produtivas se justificavam simultaneamente pelas necessidades de consumo familiar e pelo fornecimento de produtos às instituições assistenciais atendidas no âmbito do DS/PAA (MORUZZI MARQUES; LUCAS; GASPARI, 2014). Efetivamente, este último constitui um canal de escoamento para uma grande diversidade de produtos.

Da parte dos beneficiários do amparo em forma de doação de alimentos, as entrevistas realizadas em nossa pesquisa em 2011-12 revelaram um processo que pode ser interpretado como de reeducação alimentar. A variedade de alimentos, respeitando via de regra a sazonalidade produtiva, favorece o consumo alimentar de produtos in natura, frescos e com ancoragem em hábitos regionais. Desta forma, o PAA desempenha uma ação de saúde pública em contraposição ao considerável aumento do consumo de produtos alimentares ultraprocessados pelos brasileiros nos últimos anos. Estes alimentos são mais densos em energia, apresentando maior teor de açúcar livre, sódio, gorduras totais e saturadas, porém contendo menor teor de proteínas e fibras quando comparados àqueles in natura ou minimamente processados. As características dos alimentos ultraprocessados favorecem o consumo excessivo de energia, com sua frequente comercialização em grandes porções, sua hiperpalatabilidade, sua longa duração e facilidade de transporte, o que estimula hábitos de mordiscar entre refeições ou substituí-las por lanches. Estes traços são potencializados em razão da pujante promoção de alimentos ultraprocessados por estratégias agressivas de marketing. A partir destas constatações, Martin et. al. (2013) advertem que o aumento do consumo de produtos desta natureza constitui uma das principais causas da atual pandemia de obesidade e de doenças não transmissíveis.

Considerando este quadro, é oportuno ressaltar que cerca de metade dos entrevistados beneficiados graças ao DS/PAA com alimentos saudáveis nas instituições de assistência social elogiava sua qualidade, enquanto produtos frescos, saborosos ou diversos (MORUZZI MARQUES; LE MOAL; ANDRADE, 2014). Com efeito, este dispositivo incita o consumo diversificado de alimentos por famílias desfavorecidas, permitindo o enriquecimento de suas dietas em particular com legumes, verduras e frutas. Regra geral, estes produtos são negligenciados quando o orçamento familiar é reduzido.

Mesmo com o declínio do apoio do PAA no assentamento (PINTO & MORUZZI MARQUES, 2019), as marcas de seus estímulos à produção diversificada foram

mantidas. Em particular, a solução de comercialização em forma de cestas alimentares junto a grupos de consumo solidário realça o caráter saudável e diverso destes alimentos. Estas cestas eram fornecidas semanalmente, para a maior parte dos grupos consumidores, sendo compostas por dois tipos de folhosas, dois tipos de legumes, uma fruta e um item especial. Este último podia ser pão caseiro, mel, arroz orgânico ou pimenta. A sazonalidade agrícola determinava os produtos que a compunham, permitindo uma oferta relativamente diversificada de alimentos (MORUZZI MARQUES; GASPARI; ALMEIDA, 2017). A pandemia da Covid-19 não representou o fim deste sistema de entrega. A propósito, pesquisa realizada em maio-junho de 2020 junto com agricultores urbanos no município de São Paulo revela que estes interlocutores notam maior interesse da população pelo consumo de alimentos orgânicos e frescos durante a crise sanitária, o que é muito associado a maiores cuidados com a saúde¹⁹. Este fenômeno se observa também no caso focalizado aqui, com o aumento de demanda por cestas de alimentos pelos grupos de consumo solidário.

Conclusão

O Programa de Aquisição de Alimentos constitui uma inovação das mais pertinentes da ação pública dirigida à agricultura familiar, tendo sido concebido a partir de um referencial setorial de sustentabilidade agroalimentar. Nesta ótica, a análise a partir da noção de referencial de circuitos curtos de proximidade é bastante instigante para evidenciar os impactos multidimensionais (econômicos, sociais, ambientais e alimentares) de sua implantação. Este exercício analítico aqui realizado focalizou a modalidade Compra com Doação Simultânea (a mais acessada no estado de São Paulo) e a participação no dispositivo de famílias agricultoras do assentamento Milton Santos.

Um referencial fundado em sustentabilidade agroalimentar é efetivamente circunscrito a reduzidas intervenções públicas em relação à orientação produtivista-industrial, predominante na ação do Estado brasileiro. Esta circunscrição se intensificou ainda mais nos últimos anos. De toda maneira, é importante enfatizar que o programa em questão oferece perspectivas promissoras para guiar a concepção do apoio público à agricultura familiar.

¹⁹ Pesquisa em curso associada ao projeto “Dinâmica social de mudança para uma sociedade sustentável: o caso da agricultura urbana”, apoiada pelo CNPq.

O PAA oferece uma melhora considerável para a alimentação de famílias assistidas socialmente a partir de formas de sustentação da agricultura familiar que favorecem simultaneamente maior inserção social, organização local, diversificação produtiva e cultivo orgânico/agroecológico. Desta maneira, o PAA reuni uma série de princípios presentes em referenciais de sustentabilidade agroalimentar, combinando ideias presentes nas noções de multifuncionalidade da agricultura, soberania alimentar e circuitos curtos de proximidade (esta última tomada como referência para a construção da interpretação realizada neste capítulo). Nesta medida, a análise do programa oferece elementos dos mais instigantes para alimentar o debate sobre os melhores meios para fortalecer a agricultura familiar e para promover uma alimentação de qualidade.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo (1992), *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Hucitec/Editora da UNICAMP.

ALY JUNIOR, Oswaldo (2011), Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e os desafios na construção de novas políticas de assentamento. *Retratos de Assentamentos*, 14(2), pp. 283-304.

ANDRADE, Fernando Rabello Paes; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier; ESQUERDO, Vanilde Ferreira de Souza (2014), Limites para o Desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos Assentamentos Rurais de Araras/SP, *Retratos de Assentamentos*, 17(1), pp. 225-244.

ANDRADE, Ana Gianfrancesco Freire (2012), Efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos sobre o reconhecimento de qualidades alimentares ligadas à produção agrícola familiar: um estudo em torno do assentamento Milton Santos. Trabalho de Conclusão de Curso de Gestão Ambiental. Piracicaba: ESALQ/USP.

BORSATTO, Ricardo Serra; ALTIERI, Miguel; DUVAL, Henrique Carmona; PEREZ-CASSARINO, Julian (2019), Desafios dos mercados institucionais para promover a transição agroecológica. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, 39(1), pp. 99-113.

BORSATTO, Ricardo Serra & CARMO, Maristela Simões do (2013), A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 51(4), pp. 645-660.

BOLTANSKI, Luc & THÉVENOT, Laurent (1991), *De la justification*. Les économies de la grandeur, Paris, Gallimard.

BRAGA, Ruy (2014), Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: um olhar a partir da indústria do call center. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (103), pp. 25-52.

BRASIL. Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm>. Último acesso em 3 de julho 2020.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da (2016), Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar, *Revista NERA*, 32(19), pp. 34-55.

CANÁRIO, Pedro (2013), Batalha sem fim: falta de citação posterga ação por quase 40 anos. *Revista Consultor Jurídico*. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2013-fev-02/falta-citacao-posterga-40-anos-acao-envolvendo-assentamento>> . Último acesso em 10 de julho de 2020.

DARROT, Catherine & DURANT, Guy (2010), Référentiel central des circuits courts de proximité: mise en évidence et statut pour l'action. In: TRAVERSAC, Jean-Baptiste. *Circuits courts: contribution au développement régional*. Dijon: Educagri éditions.

DELGADO, Guilherme Costa (2001), Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados*, 15 (43), pp. 157-172.

FOUILLEUX, Eve (2011), Analisar a mudança: políticas públicas e debates num sistema em diferentes níveis de governança. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 19, nº 1, pp. 88-125.

GOLDFARB, Yamila. (2006). A luta pela terra entre o campo e a cidade: as Comunas da Terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios. Dissertação de Mestrado,

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GRISA, Cátia (2010), As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. *Desenvolvimento em debate*, v.1, nº 2, pp.83-109.

GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia Job; MATTEI, Lauro F; MALUF, Renato; LEITE, Sergio Pereira (2011), Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para agricultura familiar. *Agriculturas*, 8(3), pp. 34-41.

GRISA, Catia & SCHNEIDER, Sergio (2014), Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52(supl. 1), pp. 125-146.

LAMARCHE, Hughes (1993). *A agricultura familiar: uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da UNICAMP.

MARTINS, Ana Paula Bortoletto; LEVY, Renata Bertazzi; CLARO, Rafael Moreira, MOUBARAC, Jean Claude; MONTEIRO, Carlos Augusto (2013), Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). *Revista de Saúde Pública*, 47(4), pp. 656-665.

MASSARDIER, Gilles (2011), Cognição, políticas e ações públicas: entre coerência, fragmentação e aprendizados. In BONNAL, Philippe & LEITE, Sergio Pereira *Análise comparada de políticas agrícolas*, Rio de Janeiro: Mauad X e CIRAD.

MEDEIROS, Leonilde S. (2002), “‘Sem Terra’, ‘assentados’ e ‘agricultores familiares’: considerações sobre conflitos sociais e a organização dos trabalhadores brasileiros”, in: GIARRACCA, Norma, *Una nueva ruralidad em América Latina?* Buenos Aires: Clacso, pp.103-128.

MENDONÇA, Gabriela Mariano & MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2018), Protagonismo feminino na agricultura agroecológica: estudo de uma Organização de Controle Social no assentamento Milton Santos. *Retratos de Assentamentos*, 21(2), pp. 47-67.

MODENESE, Valéria da Silva & SANT´ANA, Antônio Lázaro (2019), Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57(4), pp. 636-655.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2003), Concepções em disputa na formulação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: uma releitura sobre a criação do PRONAF. *Raízes*, vol. 22(2), pp. 16-28.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2010), Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes, *Revista Segurança Alimentar e Nutricional*, vol. 17(2), pp. 78-87.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; LUCAS, Ademir de; GASPARI, Luciane Cristina de (2014), Desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento periurbano no estado de São Paulo. *Retratos de Assentamentos*, 17(1), pp. 161-178.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; OLIVEIRA, Leandro; NEMOTO, Eliana; ANTIER, Clémentine (2010), Condições de trabalho e planos de reconstrução de vida: o caso do assentamento Milton Santos em Americana/SP. IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais: controvérsias e alternativas de desenvolvimento. Araraquara: UNIARA, Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_5B/05B-02.pdf

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo & MOAL, Marcos Le (2014), Programme d'Acquisition d'Aliments (PAA) au Brésil : l'agriculture locale et familiale au cœur de l'action publique en vue de la sécurité alimentaire. *VertigO: la revue électronique en sciences de l'environnement*. v. 14, p. 1-18.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; MOAL, Marcos Le; ANDRADE, Ana Gianfrancesco Freire (2014), Programa de aquisição de alimentos (PAA) no estado de São Paulo: agricultura de proximidade em questão. *Ruris*, v. 8, pp. 63-89.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; GASPARI, Luciane Cristina; ALMEIDA, Bruna (2017), Organização de Controle Social (OCS) e engajamento agroecológico das

famílias do assentamento Milton Santos no estado de São Paulo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 25(3), pp. 545-560.

MÜLLER, Ana Luiza; SILVA, Marcelo Kunrath e SCHNEIDER, Sergio (2012), A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 20(1), pp. 106-138.

MULLER, Pierre (2003), *Les politiques publiques*. Paris: PUF.

MULLER, Pierre (2010). Introduction: les changements d'échelles des politiques agricoles. In : *Le monde agricole en politique: de la fin des paysans au retour de la question agricole*. Paris: Presse de Science Po, pp. 339-350.

PALMEIRA, Moacir (1989), Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, 3(7), pp. 87-108.

PLOEG, Jan Douwe van der (2008), *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti (2014), Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(supl. 1), pp. 63-84.

PINTO, Samuel Mello & MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2019), Redução do apoio público aos assentamentos: análise de uma resposta fundada em consumo solidário no assentamento Milton Santos , *Retratos de Assentamentos*, 22(2), pp. 131-146.

POMPEIA, Caio (2020), “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. *Horizontes antropológicos*, 26(56), pp. 195-224.

PORTO, Sílvio Isopo; SOARES, Eduardo Safons; SOARES, Jussara Flores; CRUZ, Kelma Christina; VIEGAS, Gustavo Lund; VIANA, Carla (2013), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): dez anos de uma política pública múltipla e inovadora. In *PAA: 10 anos de aquisição de alimentos*. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social.

SABOURIN, Eric (2005), Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 13(2), pp. 161-189.

SADER, Eder (1988), *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SCHMITT, Claudia Job (2005), Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. *Revista de Política Agrícola*, Ano XIV, nº 2, Brasília: Embrapa/MAPA, p. 78-88.

SCHMITT, Claudia Job; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; LEITE, Sérgio Pereira; GRISA, Catia; CINTRÃO, Rosângela; ZIMMERMANN, Silvia (2014), O Programa de Aquisição de Alimentos em assentamentos de reforma agrária: implantação, impactos e perspectivas. In *PAA: 10 anos de aquisição de alimentos*. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social.

SILIPRANDI, Emma & CINTRÃO, Rosângela (2011), As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Segurança Alimentar e Nutricional*, 18(2), pp. 12-32.

VEIGA, José Eli, (1991). *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Hucitec.